

MORADIA É DIREITO: OCUPAÇÃO 9 DE JULHO.

AUTORES

Amanda de Jesus SILVA
Ivy Bianca Barbosa BEMFICA
José Nathan ALMEIDA
Pamela Caroline MACEDO

Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo UNILAGO

Adriana Gusson TENANI
Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo UNILAGO

RESUMO

O presente artigo aborda o estudo de caso da ocupação 9 de julho, antiga sede do INSS, localizada em uma das principais vias de São Paulo. Ao longo do trabalho encontra-se o questionamento da real efetividade das políticas públicas urbanas em função das ocupações irregulares que ocorrem no território brasileiro. Devido à má distribuição de terras e a segregação social dos direitos das pessoas de baixo poder aquisitivo e refugiados de outros países, ocupações como da Avenida 9 de julho surgem a todo momento. O governo constantemente busca formas para solucionar os problemas que envolvem a baixa qualidade de vida dessas famílias, porém na maioria das vezes essas soluções não se concretizam, fazendo com que centenas de famílias vivam em uma constante luta pela moradia e por seus direitos, dependendo da ajuda de apoiadores da causa e sendo tratados como criminosos. Através da análise de artigos, sites, notícias de jornais e livros, o desenvolvimento do artigo prossegue em torno das ocupações irregulares com enfoque no edifício da avenida 9 de julho. Os resultados encontrados indicam que as famílias que vivem na ocupação não têm outra escolha a não ser utilizar das próprias habilidades para gerar uma renda que garanta sua sobrevivência e a sua moradia, já que elas não possuem condições e estrutura para conseguir outra morada caso o local sofra uma reintegração de posse e tenha que ser desocupado. Portanto conclui-se ser necessário que as ocupações irregulares aconteçam enquanto os responsáveis não obtenham uma maneira real e eficiente para solucionar o problema de má distribuição das terras.

PALAVRAS - CHAVE

Ocupações irregulares, políticas públicas urbanas, ocupação 9 de julho, São Paulo.

1. INTRODUÇÃO

Executada pelo poder público municipal, as políticas públicas urbanas têm como principal objetivo colocar ordem no desenvolvimento das funções sociais e garantir que os habitantes das cidades tenham condições dignas de bem-estar. Com o fim do regime militar houve um contribuinte para que a questão urbana ganhasse cena política. Com isso movimentos que estavam organizados em bairros periféricos, com base em segmentos profissionais de etnia e gênero, começaram se articular na elaboração de uma proposta para a Assembleia Nacional Constituinte de 1986, sendo assim concretizada na proposta de Emenda Popular da Reforma Urbana. Deu-se então início a uma teia de movimentos populares em todo o país a partir de suas questões específicas, mas também de forma para que contribuíssem para o movimento como um todo: inquilinos, loteamentos clandestinos e irregulares, favelados, mutirantes, moradores de cortiços etc. Com isso abriu-se um processo de reforma institucional, especialmente no plano local. (TONELLA, 2013)

A constituição de 1988 promulgada no dia 5 de outubro, colocou nas mãos das gestões municipais solução para problemas estruturais fazendo com que os municípios promovessem programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais. A partir desse instrumento os governantes têm mecanismos jurídicos para, caso não solucionem, ao menos amenizar um grande problema, que é o de moradia para a população de baixa renda, diminuindo os números altíssimos de desigualdade no acesso ao espaço urbano. (TONELLA, 2013) Na constituição encontramos dois principais artigos que estão destinados a assegurar a prática dos direitos sociais e individuais:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (CONSTITUIÇÃO, 1988)

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (CONSTITUIÇÃO, 1988)

A integração desses artigos na constituição foi um grande avanço da participação de entidades civis e de movimentos sociais que estavam sempre em defesa dos direitos à cidade, à habitação, à um melhor acesso aos serviços públicos e, por consequência, a oportunidade de uma vida de qualidade para todos. (OLIVEIRA, 2001)

Alguns anos mais tarde no dia dez de julho de 2001 foi então criado o Estatuto da Cidade estabelecendo as normas e diretrizes gerais que compõem os princípios da ordem pública e de interesse social, assim regulamentando a utilização da propriedade urbana em prol do bem coletivo dos cidadãos, como também manter o equilíbrio ambiental de acordo com o desenvolvimento das cidades. (AGUILAR, 2020)

No artigo 182 da constituição, parágrafo 1º, estabelece: “O plano diretor aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”. (SCIELO, 2013) O Estatuto da Cidade surge reunindo instrumentos que possibilitam a efetivação do plano diretor mencionado no artigo 182, o qual garante a todos o direito a cidade e uma justa distribuição dos benefícios. (OLIVEIRA, 2001)

Tendo em vista este cenário, nos deparamos com a seguinte questão: se perante a lei os municípios são responsáveis pelo bem-estar dos habitantes, por que ainda existem tantas pessoas sem moradias de qualidade? Fica claro que as políticas habitacionais implantadas pelo poder público não são de fato suficientes para solucionar o problema de má distribuição de terras, sendo assim surgindo uma série de ocupações

irregulares, que ocorrem em sua grande maioria em áreas públicas ou de proteção ambiental, assim como também loteamentos clandestinos e prédios abandonados, que na maioria das vezes não apresentam as condições mínimas para que essas pessoas possam viver em segurança. (FREITAS, 2020)

Portanto este trabalho tem como objetivo uma análise mais aprofundada da ocupação 9 de julho, a qual é considerada um dos maiores símbolos da luta pela moradia na capital paulista. Lar de 124 famílias, em torno de 500 pessoas que vivem em situações precárias de saneamento básico em um prédio localizado em uma das avenidas mais importantes de São Paulo. O edifício, que é posse de órgãos públicos, já está desocupado há 45 anos e não havendo o menor interesse por parte desses órgãos de retirar as famílias que lá residem o governo federal teria se proposto a ajudar os moradores de baixa renda tornando o prédio abandonado em uma habitação social, mas infelizmente o projeto não saiu do papel. Essas famílias, hoje contam apenas com a ajuda de terceiros: como arquitetos, ativistas, voluntários e com o desenvolvimento de projetos culturais e sociais, relacionados a educação e a alimentação, que buscam manter o lugar vivo e com o mínimo de condição para a sobrevivência dessas famílias e dos seus direitos, enquanto isso os líderes responsáveis pelo movimento e por essas famílias são cassados como se fossem bandidos. (BETIM, 2019)

2. OCUPAÇÕES IRREGULARES

Ocupações irregulares são aquelas vindas de loteamentos clandestinos e edifícios abandonados, ou seja, trata-se de uma moradia desqualificada e incapaz de ser exercida de forma plena. São moradias desprovidas de infraestrutura de acesso à energia e saneamento básico e infelizmente essas ocupações irregulares se tornaram muito comuns atualmente. (MACHADO, 2018)

O processo de ocupações são consequências do surgimento das indústrias que acarretaram um grande deslocamento da população situada na área rural que em buscas de empregos migrou para a área urbana. Com a grande expansão urbana surge um ponto sensível, a falta de infraestrutura resultando uma nova demanda social: a carência do acesso a moradia digna. (MACHADO, 2018)

Segundo Oliveira “O Estatuto se refere, também, à integração e complementariedade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento econômico do Município e sua área de influência. [...] O Estatuto afirma a necessidade de integração e articulação entre as áreas urbanas e rurais, especialmente em função do Plano Diretor, que deve contemplar o Município como um todo.” Portanto é obtido o entendimento de que é dever do município fornecer estabilidade aos trabalhadores que se deslocam do meio rural para habitar o meio urbano e assim gerar economia. (OLIVEIRA, 2001)

A cidade de São Paulo tem atualmente 206 ocupações que abrigam 45.872 famílias, de acordo com dados do Grupo de Mediação de Conflito, da Secretaria municipal da habitação. O Grupo de Mediação de Conflito é formado por assistentes sociais e arquitetos que negociam a desocupação dos imóveis diretamente com os moradores. (MACHADO, 2018)

Além desses grupos existem também planos vindos dos municípios estabelecidos pelas políticas públicas urbanas das cidades. Em julho de 2019, a Prefeitura de São Paulo anunciou um novo modelo de habitação social com investimento na construção de unidades habitacionais e revitalização de imóveis já existentes no centro para aluguel subsidiado. O centro de São Paulo é uma área de grande interesse por parte do poder público, que pretende reformar prédios que estão ociosos para locação social, com o objetivo de que seja ocupado pela população de baixa renda. (MACHADO, 2018)

Um claro exemplo de ocupação irregular em nosso território brasileiro, é a ocupação do prédio Wilton Paes de Almeida, desde 2003 foi ocupado irregularmente por famílias de baixa renda. Infelizmente, em 1º de maio de 2018 houve um incêndio e logo um desabamento que acabou deixando 7 mortos e 2 desaparecidos. (MURARO, 2018)

3. OCUPAÇÃO 9 DE JULHO

Nos anos 1940 a cidade de São Paulo estava em plena expansão populacional e industrial, a ampliação dos territórios e a abertura de novas vias possibilitou a construção de novos edifícios e alinhado com a demanda do crescimento da cidade tornou-se necessário a construção de novos edifícios públicos. Desta forma, foi solicitado pelo estado da Era Vargas um projeto multifuncional para ser a nova sede da delegacia de São Paulo do IAPETC. O edifício, inaugurado em 1943, foi projetado pelo arquiteto Jayme Campello Fonseca Rodrigues, marcado pela forte influência da arquitetura Art Déco, tornando-o um dos maiores exemplares do estilo em São Paulo. A construção está situada em uma das mais importantes vias da cidade, a Avenida 9 de Julho nº584 e na Rua Álvares de Carvalho nº427, possui 14 andares totalizando quase 8.300m² de área construída. (NASCIMENTO, 2011)

Figura 1 – O edifício em construção no ano de 1941



Fonte: Nascimento, 2011.

Figura 2 – Edifício IAPETC



Fonte: Nascimento, 2011.

O Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC) foi criado em 1938, era um dos órgãos de previdência em um período que tal benefício era descentralizado e os apartamentos construídos para pensionistas acabaram ficando para a elite do próprio grupo. Décadas mais tarde, em 1966, o edifício se transformou no INPS, e posteriormente, em 1990, no INSS. (NASCIMENTO, 2011)

Devido as diversas mudanças na forma de governo da instituição o prédio acabou sendo destinado ao esquecimento até ser ocupado pelo movimento sem teto do centro (MSTC) pela primeira vez em 1997. Sua história é repleta de casos violência e desastres, cenário de inúmeras reintegrações de posse, sofreu um incêndio e teve sua fachada principal lacrada para impedir novas ocupações. (NASCIMENTO, 2011)

Figura 3 – Fachada lacrada na Avenida 9 de Julho



Fonte: Nascimento, 2011.

Figura 4 – Em 2004, o prédio sofreu um incêndio



Fonte: Nascimento, 2011.

Segundo Betim (2019) repórter do jornal EIPaís durante mais de 20 anos o prédio da 9 de julho manteve-se vazio e degradado até ser ocupado pelo MSTC. Hoje é lar de 124 famílias, cerca de 500 pessoas, que juntas trouxeram uma melhoria visível ao local, tornando-se símbolo da luta pela moradia na capital paulista. Em 2004 o governo federal apresentou uma proposta de reforma na estrutura presente e transformá-la em uma habitação social para as famílias de baixa renda, porém esse projeto nunca foi executado. (LORES, 2018)

São inúmeros os imóveis no centro de São Paulo que são ocupados por famílias participantes de movimentos que buscam uma moradia digna e cobram por uma política pública que atenda essa demanda. Em abril de 2019 o prédio da ocupação 9 de julho foi passado do INSS para o Instituto de Previdência Municipal que transferiu o imóvel para a Cohab. De acordo com a matéria do jornal EIPaís:

A legislação permite que eles sejam expropriados pela administração municipal se o proprietário não regulariza a situação em um prazo de cinco anos. O financiamento viria do Governo Federal, mas o plano foi deixado temporariamente de lado com a paralisação do Minha Casa Minha Vida. Enquanto busca-se outras formas de viabilizar o empreendimento, o secretário garante que não é de interesse da Prefeitura retirar os moradores da 9 de julho.

O plano de regularizar a ocupação como uma habitação social acabou sendo deixado de lado, mas foi garantido aos moradores que não era de interesse do governo federal e nem municipal fazê-los desocupar o local. Após tantos pedidos de reintegração de posse a 14ª Vara Cível Federal de São Paulo declarou o último extinto por falta do proprietário atual. (LIVRES, 2019)

Hoje a ocupação é um polo de gastronomia e solidariedade, em sua cozinha os ocupantes realizam almoços abertos ao público, uma programação cultural diversificada, possuem câmeras de vigilância, porteiro, brinquedoteca para as crianças, hortas, grafites, e agora, durante a pandemia, oferecem comida pelo sistema delivery e distribuem alimentos aos necessitados. (DAINEZI, 2021)

Figura 5 – Quadra da ocupação 9 de julho



Fonte: Betim, 2019.

Figura 6 – A brinquedoteca da ocupação



Fonte: Betim, 2019.

Martinelli (2019), uma das participantes da cozinha coletiva, relatou que moradores e apoiadores do movimento de moradia transformaram a cozinha coletiva numa ação solidária, além de projetos como cultura, educação, trabalho, renda e de soluções afetuosas para construção de uma cidade mais diversa, solidária e menos desigual.

Figura 7 – Moradores da ocupação na cozinha coletiva



Fonte: Dainezi, 2021.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo levantado mostra que na cidade de São Paulo há um cenário que desencadeia movimentos sociais em busca de moradias dignas em regiões degeneradas. O chamado movimento sem teto (MST) criou uma série de discussões sobre a falta de habitações sociais em regiões que possuem uma rica infraestrutura e uma grande quantidade de edifícios vazios na região central, ou seja, as políticas públicas de São Paulo não são suficientes para atender a demanda existente.

O direito a cidade não está sendo entregue a todos os cidadãos, isto mostra a importância da existência de movimentos que lutam por novas políticas públicas eficazes que possam corrigir este déficit habitacional.

A Ocupação 9 de Julho se fez pela sua importância social no cenário atual do direito à moradia e pelo seu caráter colaborativo, muito além de uma simples habitação, o projeto contempla espaços multifuncionais que incentiva a população da ocupação, como a do seu entorno, oferecendo um programa multicultural.

São inúmeros os exemplos de ocupações existentes em todo território brasileiro que mostram uma grande falha no planejamento das cidades e distribuição de terras, refletindo o descaso da fraca política habitacional do país, além da desigualdade social. Após o desmoronamento do Edifício Wilton Paes de Almeida em maio de 2018, que deixou 7 mortos e dois desaparecidos, a causa ganhou ainda mais força na luta pelo direito à moradia digna. O edifício era ocupado por diversas famílias do movimento no momento do desabamento, que aconteceu por conta de um incêndio nas fiações que não tinham manutenção a tempos, essa tragédia trouxe a atenção para a fragilidade e os perigos que os habitantes dessas ocupações sofrem todos os dias. O governo tinha conhecimento das condições precárias do edifício e mesmo assim permitiu que famílias continuassem habitando naquele local, eles tinham como dever realocar essas pessoas e oferecê-las uma moradia digna assim como está previsto nas políticas públicas, mas ao invés disso, após o acidente incriminaram os idealizadores do movimento chegando até a encarcerar alguns deles.

No início à frente da ocupação 9 de julho tinha que estocar alimentos para garantir a sobrevivência dos ocupantes, enquanto isso policiais faziam um forte papel de repressão nas portas do prédio com a ameaça de uma reintegração de posse deixando as famílias literalmente presas naquele local, tanto pela luta do seu direito à moradia, quanto a sua própria sobrevivência. As ocupações não acontecem por escolha, não é simplesmente porque as pessoas querem, existe um grande aspecto de luta e uma real necessidade que a maioria das pessoas acaba não enxergando.

5. REFERÊNCIAS

IBGE. Cidades. **Santa Adélia São Paulo.** Panorama. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santa-adelia/panorama>>. Acesso em: 29/04/2021.

AGUILAR, F. (2020). **Entenda o que é o Estatuto da Cidade e seus principais instrumentos.** Disponível em: <<https://www.aurum.com.br/blog/estatuto-da-cidade/>>. Acesso em: 29/04/2021.

BETIM, F. (2019). **Ocupação 9 de julho pende entre apoio de vizinhos abastados e perseguição do Estado.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/05/politica/1562304011_256672.html>. Acesso em: 26/05/2021.

CONSTITUIÇÃO. (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26/05/2021.

DAINEZI, D. (2021). **Cozinha da Ocupação 9 de Julho é polo de gastronomia e solidariedade.** Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/radio/programas/estacao-cultura/2021/03/26/248_cozinha-da-ocupacao-9-de-julho-e-polo-de-gastronomia-e-solidariedade.html>. Acesso em: 06/05/2021.

FREITAS, G. P. (2020). **Direito à moradia, ocupações irregulares, regularização fundiária e segurança pública**. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/326632/direito-a-moradia--ocupacoes-irregulares--regularizacao-fundiaria-e-seguranca-publica>>. Acesso em: 01/05/2021.

LIVRES, J. (2019). **Vitória histórica dos Sem-Teto: reintegração da Ocupação 9 de Julho é EXTINTA**. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/vitoria-sem-teto-reintegracao-9-de-julho-e-extinta/>>. Acesso em: 01/05/2021.

LORES, R. J. (2018). **Prédio do INSS na Nove de Julho está abandonado há 42 anos**. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/blog/sao-paulo-nas-alturas/predio-do-inss-na-nove-de-julho-esta-abandonado-ha-42-anos/>>. Acesso em: 06/05/2021.

MACHADO, H. (2018). **Consequencias das ocupacoes desordenadas decorrentes de invasoes irregulares e loteamentos clandestinos**. Disponível em: <<https://hebiamachado.jusbrasil.com.br/artigos/519458867/consequencias-das-ocupacoes-desordenadas-decorrentes-de-invasoes-irregulares-e-loteamentos-clandestinos>>. Acesso em: 06/05/2021.

MARTINELLI, F. (2019). **Mesa, arte e afeto: almoço na Ocupação 9 de Julho dá lição de amor a SP**. Disponível em: <<https://mulherias.blogosfera.uol.com.br/2019/08/23/mesa-arte-e-afeto-almoco-na-ocupacao-9-de-julho-da-licao-de-amor-a-sp/>>. Acesso em: 06/05/2021.

MURARO, C. (2018). **Edifício Wilton Paes de Almeida**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/edificio-wilton-paes-de-almeida-predio-que-desabou-em-sp-foi-projetado-na-decada-de-1960-e-era-patrimonio-historico.ghtml>>. Acesso em: 06/05/2021.

NASCIMENTO, D. (2011). **Edifício IAPETC – INSS**. Disponível em: <<https://saopauloantiga.com.br/inss/>>. Acesso em: 06/05/2021.

OLIVEIRA, I. C. (2001). **Estatuto da Cidade para compreender**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA.

TONELLA, C. (2013). **Políticas urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições**. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000100003>. Acesso em: 29/04/2021.